



Tatiana Raquel Reis Silva
Viviane de Oliveira Barbosa
Organizadoras

ÁFRICA E AFRO-BRASIL EM DEBATE



EDITORA UEMA

TATIANA RAQUEL REIS SILVA
VIVIANE DE OLIVEIRA BARBOSA
(ORGS.)

ÁFRICA E AFRO-BRASIL EM DEBATE

EDUEMA
2019

© *copyright* 2019 by UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA UEMA

África e Afro-Brasil em Debate

EDITOR RESPONSÁVEL

Cláudio Eduardo de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho	José Roberto Pereira de Sousa
Ana Lucia Abreu Silva	José Sampaio de Mattos Jr.
Ana Lúcia Cunha Duarte	Luiz Carlos Araújo dos Santos
Cynthia Carvalho Martins	Marcelo Cheche Galves
Eduardo Aurélio Barros Aguiar	Marcos Aurélio Saquet
Emanoel Gomes de Moura	Maria Medianeira de Souza
Fabiola Oliveira Aguiar	Maria Claudene Barros
Helciane de Fátima Abreu Araújo	Maria Silvia Antunes Furtado
Helidacy Maria Muniz Corrês	Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Jackson Ronie Sá da Silva	Wilma Peres Costa

Editoração: Flávia Martins Silva

Revisão: Hellen Samya Leão Fontenele

SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira. *África e Afro-Brasil em Debate/* Tatiana Raquel Reis Silva; Viviane de Oliveira Barbosa. - São Luís: Eduema, 2019.

p. 358

ISBN: 978-85-8227-240-4

I. Tatiana Raquel Reis Silva. II. Viviane de Oliveira Barbosa. 1. África.
2. Afro-Brasil. 3. Debate.

CDU.304.2(6)(091)



Cidade Universitária Paulo VI – C.P. 09
CEP: 65055-970 – São Luís/MA
www.uema.br - editorauema@gmail.com



RECONSTRUÇÕES DO PASSADO NA ÁFRICA CENTRAL: interfaces entre linguística, arqueologia e história

Fábio Baqueiro Figueiredo⁴⁹

As narrativas sobre a história da África Central antes do período colonial são dominadas pelo que se convencionou chamar de “expansão banto”. No entanto, historiadores, arqueólogos e linguistas (as três disciplinas acadêmicas mais envolvidas na tarefa de reconstituir o passado africano remoto) parecem empenhados em um debate interminável sobre a natureza, a duração, a amplitude e o desenvolvimento interno desse processo, chegando a haver quem duvide que algo que possa ser chamado assim tenha, de fato, acontecido. Algumas das divergências dizem respeito ao significado de uma dada evidência (arqueológica, linguística ou histórica); outras referem-se à produção das próprias evidências; e outras ainda aos quadros conceituais mais amplos que embasam as interpretações conflitantes.

Acompanhar algumas das idas e vindas dessa longa discussão acadêmica pode ser interessante por dois motivos principais. O primeiro é que, embora a “expansão banto” seja um dos debates mais importantes para o processo de constituição do campo dos Estudos Africanos ao longo da segunda metade do século XX, os termos da discussão permanecem ainda hoje muito pouco familiares para a maioria dos interessados brasileiros na

⁴⁹ Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia. Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, no Campus dos Malês, Bahia. E-mail: fabiobaq@unilab.edu.br

história da África, por conta da ausência de materiais em português referentes ao tema. O segundo é que a característica interdisciplinar do debate pode nos ajudar a refletir de forma mais matizada sobre as possibilidades e limitações da cooperação teórica e metodológica entre essas disciplinas no quadro da história da África Central, especialmente no que se refere aos períodos para os quais não há documentos escritos ou tradições orais – ou seja, dependendo da região, um gigantesco lapso de tempo que vai da primeira ocupação humana até os séculos XV, XVI ou XVII.

Este capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, acompanho o processo pelo qual o termo “banto” transitou da linguística para a história e para a arqueologia, contra o pano de fundo das teorias raciais do século XIX. Em seguida, faço um breve resumo das várias versões apresentadas ao longo do tempo para a “expansão banto”, tomando como fio condutor os trabalhos de Jan Vansina entre as décadas de 1960 e 1990, enquadrados por um impulso interdisciplinar em que a linguística ocupava um lugar de destaque, além da arqueologia e da antropologia. Na terceira seção, apresento as principais metodologias da linguística histórica aplicadas ao estudo do passado remoto da África Central, guiado pelo trabalho do linguista Derek Nurse, concentrando-me nos problemas metodológicos envolvidos na disciplina, dos quais os historiadores e arqueólogos nem sempre estão conscientes. Por fim, a partir dos debates mais recentes no campo da arqueologia africana, procuro questionar alguns pressupostos sobre as escalas da correspondência entre cultura material e identidade social, e suas implicações sobre o problema do protagonismo histórico.

Do banto aos bantos

Em 1862, o linguista alemão W. H. I. Bleek cunhou o termo “*bantu*” para se referir a um enorme conjunto de idiomas inter-relacionados falados na maior parte da África subsaariana (EGGERT, 2005, p. 301-326).⁵⁰ O termo deriva da palavra em zulu para “pessoas”, havendo, em praticamente todas as linguagens do grupo, um termo semelhante com o mesmo significado. Esses idiomas caracterizam-se por apresentar um sistema peculiar de classes semânticas, materializadas em prefixos indicativos. Cada substantivo pertence a uma classe, indicada por um prefixo no singular e

⁵⁰ Ao longo desse artigo, será utilizado o termo “banto”, de uso consagrado em português.

outro no plural. É assim que na língua zulu, por exemplo, “pessoa” é *umuntu* (plural *abantu*), enquanto “humanidade” é *isintu*, e “personalidade”, *ubuntu*. Além disso, em cada frase todas as palavras devem concordar com a classe da palavra que lhe serve de tema.⁵¹

A classificação científica das línguas africanas vinha avançando desde o final do século XVIII, quando a proximidade entre o árabe, o hebraico, o bérbere e alguns idiomas etíopes e somalis passou a ser reconhecida por estudiosos europeus. Um pouco mais tarde, no começo do século XIX, algumas línguas faladas na ilha de Madagascar foram relacionadas aos idiomas do grupo malaio-polinésio, falado no sudeste da Ásia. Mas, até então, as línguas faladas no restante do continente africano eram denominadas simplesmente de línguas “negras”. A proposta de Bleek separava as línguas banto desse conjunto, e também dos idiomas falados por grupos *khoi* e *san* na porção sul da África, caracterizados por apresentar consoantes estaladas, ou “cliques” (GREENBERG, 2010, p. 317-336; DALBY, 2010, p. 337-344).

A forma de classificar as diferentes línguas que surgiu no século XIX e se mantém ainda hoje em uso é uma classificação de tipo genético: ela pressupõe que cada língua seja derivada da diferenciação dialetal de uma e apenas uma língua que lhe precedeu no tempo, e assim sucessivamente. A existência de características semelhantes em dois idiomas, seja no vocabulário ou na estrutura gramatical, é concebida como indício de sua origem a partir de uma mesma língua ancestral. O objetivo desse tipo de classificação é identificar grandes conjuntos de línguas derivadas de um mesmo idioma ancestral ou “protoidioma”, assim como a história de suas ramificações sucessivas, o que via de regra é representado por um diagrama em formato de árvore genealógica.

Já desde o século XVIII, supunha-se uma forte correlação entre as línguas prevalentes em uma dada região e os grupos humanos que

⁵¹ É preciso fazer a ressalva de que o fato de duas línguas pertencerem ao mesmo grupo não as torna mutuamente compreensíveis. Dentro de um mesmo grupo, duas línguas mais próximas podem ser mais ou menos inteligíveis, como é o caso do português e do espanhol, ou podem ser completamente incompreensíveis entre si, como o português e o norueguês, o português e o russo, o português e o hindi (falado em boa parte da Índia), ou o português e o pársi (língua oficial do Irã). Português, espanhol, norueguês, russo, hindi e pársi são todas línguas do grupo indo-europeu, mas são inteligíveis entre si. O mesmo ocorre para as línguas do grupo banto: um falante de quicongo não compreenderá, sem passar por um processo de aprendizado, uma fala em suaíle, ou em zulu, ou em quiniaruanda. Com boa vontade e em condições favoráveis, esse mesmo falante pode compreender algumas palavras ou frases ditas em quimbundo, que é um idioma mais próximo do seu.

as utilizavam, concebidos em termos de diferentes “raças” ou suas ramificações. Assim, pensava-se que grupos que falavam idiomas aparentados necessariamente também eram próximos em termos raciais. Dessa forma, e levando-se em conta a opinião corrente na época de que a humanidade havia surgido na Ásia, acreditava-se que o povoamento do continente africano teria sido fruto de uma série superposta de migrações a partir do Oriente Médio, como por exemplo em Hegel (2005).

O racismo científico então vigente acreditava que a hierarquia dessas supostas raças invasoras, que teriam passado a dominar a África, em ondas sucessivas, refletia-se não só na cultura material, no modo de vida e nas realizações artísticas, mas também nas características gramaticais de suas línguas. Em 1910, uma admirável síntese passou esses desenvolvimentos em desfile, representando o que se acreditava então ser a história do povoamento do continente africano: em primeiro lugar teriam chegado os *san* e pigmeus de pele clara, vindos da Ásia em tempos primevos e praticamente desprovidos de cultura material, com seus “estalos” consonantais; em segundo lugar os povos negros vindos do sudeste da Ásia, com implementos de madeira e uma agricultura rudimentar, falando línguas de tipo isolativo (ou seja, com poucas palavras compostas, derivadas ou flexionadas); em seguida “proto-hamitas” do norte asiático, com enxadas, agricultura de cereais e gado de chifres curtos, além de idiomas aglutinativos (ou seja, com muitas flexões e composições) e o sistema de classes de nomes; aqui abria-se uma fase intermediária, já que acreditava-se que a miscigenação entre proto-hamitas e negros teria dado origem aos “bantos”, concebidos já como um grupo racial; a quarta leva de invasores seriam os “hamitas” de pele clara, que usavam espadas, pastoreavam gado de chifres longos e trabalhavam o couro; e, finalmente, teriam chegado os semitas, falantes de idiomas com flexão de gênero, trazendo o milho eleusino, o bronze e o arado com os quais teriam fundado a civilização egípcia. Outras levas semíticas teriam vindo depois, como os hicsos, os hebreus e por fim os árabes, já no século VII do nosso calendário (OLDEROGGE, 2010, p. 337-344).⁵²

⁵² O autor faz uma excelente crítica dos pressupostos raciais da escola geográfica alemã, responsável por esse esquema de invasões articuladas a inovações tecnológicas e características linguísticas – mas permite que eles retornem pela porta dos fundos através do conceito de “tipo antropológico”, que aliás era usado preferencialmente pelos antropólogos físicos em lugar de “raça” já no final do século XIX.

A correlação entre idiomas, grupos humanos e a mitologia racista que se desenvolveu na Europa a partir do período medieval tardio pode ser facilmente notada pela atribuição a povos e a idiomas de classificações pautadas na narrativa bíblica dos filhos de Noé.⁵³ A força desse tipo de elaboração sobre o pensamento científico no fim do século XIX era tamanha que produções do período tomavam em conta pressupostos racistas mesmo em absoluta contradição com a evidência linguística – por exemplo, a classificação das línguas africanas feita por Müller em semítico, hamítico, nuba-fula, negro, banto e khoisan refletia o tipo de cabelo apresentado pelos falantes das respectivas línguas, de modo que o idioma khoikhoi foi agrupado junto com o papuano (uma língua da Nova Guiné, no sudeste da Ásia) por serem ambos utilizados por povos de cabelos crespos, e o grupo nuba-fula foi tido como um ramo dos idiomas mediterrâneos em virtude dos cabelos cacheados de seus falantes (GREENBERG, 2010).

A presunção de que os falantes de idiomas do ramo banto deviam necessariamente constituir uma raça, e que, a essa raça, devia necessariamente corresponder uma cultura banto homogênea, deu origem a um conjunto de interpretações históricas sobre o passado remoto da África Central que fizeram escola. Já no começo do século XX, o africanista H. H. Johnston imaginou a disseminação das línguas do grupo banto como resultado de uma rápida conquista militar do sul por hordas de guerreiros, que teriam imposto sua cultura e seu idioma aos povos submetidos (COSTA E SILVA, p. 193). Em 1945, foi a vez do missionário belga Placide Tempels tentar descrever o que pensava ser “a filosofia banto” – assim, de posse do conhecimento de como “os bantos” efetivamente pensavam, seria possível convertê-los mais facilmente ao cristianismo, e governá-los com mais eficiência e proveito (APPIAH, 1997).⁵⁴

⁵³ Sem, Cam (ou Ham, conforme a transcrição) e Jafet são associados por essa mitologia racista, respectivamente, a judeus, africanos e europeus. Segundo o livro do Gênesis, Cam foi amaldiçoado pelo pai a ter sua descendência escravizada pela descendência de Jafet; o conjunto de elaborações posteriores sobre esse trecho bíblico veio a se tornar uma das mais importantes justificativas morais para a escravidão racial, tanto para cristãos quanto para muçulmanos. Sobre a circulação de noções sobre a escravidão no Mediterrâneo, ver El-Hamel (2004, p. 9-37).

⁵⁴ O livro de Tempels permaneceu influente por muito tempo nos circuitos coloniais e africanistas. Já o termo “banto” permaneceu ligado a classificações raciais em contextos coloniais específicos. Em Ruanda, os colonizadores belgas acreditavam que os hutus eram nativos de “raça banto”, e os tutsis eram um grupo de conquistadores “nilotas” ou “hamíticos”, portanto superiores. A canonização dessa suposta diferença racial e o

Por outro lado, ao longo da primeira metade do século XX, foi-se tornando patente o fato de que os idiomas então classificados separadamente como “negros” e “bantos” tinham muitas características comuns, e que portanto estavam, de alguma maneira, relacionados. Ao mesmo tempo, o acúmulo de evidência paleontológica de que a espécie humana havia surgido na África, e não a Ásia, comprometia a imagem, até então vigente, de um espaço vazio sendo sucessivamente ocupado por raças cada vez mais evoluídas (OLDEROGGE, 2010).⁵⁵ No entanto, a tendência geral para a hierarquização dos idiomas africanos persistiu: a flexão de gênero, um traço compartilhado pelas linguagens indo-europeias e “semíticas”, continuou servindo como um indicador suficiente para postular a superioridade de um dado idioma e sua filiação a determinado grupo. É dessa forma que se explica porque ninguém, até a metade do século XX, tenha questionado a posição de Meinhof, que classificou as línguas massai, fulfulde e khoikhoi no grupo “hamítico” apenas porque esses idiomas apresentam flexão de gênero (GREENBERG, 2010).

Os estudos de Joseph Greenberg, entre 1949 e 1950, inauguraram uma nova fase na classificação linguística do continente africano. Greenberg abandonou a hierarquização baseada em pressupostos raciais e evitou utilizar a nomenclatura associada ao mito dos filhos de Noé, preferindo designações alusivas à abrangência geográfica das línguas; recusou também atribuir idiomas a uma família linguística com base em uma única característica (como a flexão de gênero, as consoantes estaladas ou o sistema de classes de nomes), desenvolvendo uma “comparação maciça” para estabelecer quais deveriam ser os grupos e subgrupos linguísticos, assim como seus prováveis locais de origem. Os antigos grupos hamítico e semítico foram congregados no grupo afro-asiático; diversos idiomas correlatos, que não haviam sido satisfatoriamente classificados até então, foram agrupados sob a denominação nilo-saariano; a maioria das línguas faladas ao sul do Saara, incluindo todo o tronco banto,

tratamento distinto conferido pelo Estado colonial a cada um dos dois grupos sociais teve, no longo prazo, os resultados trágicos que todos conhecemos. Na África do Sul do *apartheid*, “banto” foi também uma designação racial oficial que substituiu o termo “nativo” a partir da década de 1950 (CHRÉTIEN, 2014; MAMDANI, 2016).

⁵⁵ A sugestão de que os ancestrais dos humanos provavelmente viviam na África havia sido enunciada já por Darwin em 1871, mas os estudiosos da época não ficaram convencidos. A descoberta do primeiro fóssil de australopiteco, gênero de homínideos que deu origem à nossa espécie, foi feita em 1926, na África do Sul. Uma série de descobertas relacionadas estendeu-se até a década de 1960 (LEAKEY, 1995).

passaram a compor o grupo níger-cordofaniano (mais tarde rebatizado de níger-congo); e, finalmente, o khoikhoi e o san foram agrupados no grupo khoisan. Embora haja bastante divergência acerca da posição relativa de linguagens ou ramos específicos na árvore, o quadro geral obtido por Greenberg continua sendo aceito até hoje (GREENBERG, 2010).

A notável abrangência geográfica dos idiomas do grupo banto, entretanto, continuava a desafiar a imaginação de quem quer que estivesse interessado no passado africano mais remoto. Na década seguinte à publicação dos trabalhos de Greenberg, diversos autores tentaram dar vida aos vocabulários reconstituídos pelo linguista, que havia estabelecido o local provável de surgimento do protobanto, a língua hipotética da qual todas as línguas do grupo seriam descendentes, no médio curso do rio Benué, no limite noroeste da sua região de abrangência. As interpretações defendidas pelos historiadores a partir do início da década de 1960 baseavam-se, da mesma forma que as noções anteriores, em migrações maciças: uma explosão demográfica possibilitada pela introdução da agricultura teria empurrado levas e levas de migrantes para fora de suas terras ancestrais em direção à porção sul do continente africano, onde teriam subjugado os povos preexistentes. Os fatores determinantes de seu predomínio final estariam relacionados à supremacia tecnológica dos “povos bantos” sobre os grupos que encontravam pelo caminho, imaginados como “pigmeus”: o domínio das técnicas de cultivo da banana e do inhame, a criação de gado, e sua capacidade de produzir implementos e armas de ferro, por meio da metalurgia.

Segundo essas concepções, esses agricultores-pastores-ferreiros-guerreiros seriam portadores de uma significativa unidade cultural, a qual teria deixado marcas no registro arqueológico. O “complexo chifumbaze” – englobando um estilo cerâmico que se espalhava por toda a África Oriental, Central e Austral, além de evidência de agricultura, pastorícia e metalurgia – seria a assinatura material e a prova suficiente da chegada desses grupos em um dado local, em um momento do tempo que podia ser aproximadamente definido por métodos arqueológicos (EGGERT, 2005, p. 303-304).⁵⁶

⁵⁶ Ao desenterrar um objeto ou fóssil, os arqueólogos fazem uma estimativa de há quanto tempo ele foi depositado naquele lugar por meio de uma combinação de métodos estratigráficos (ou seja, a partir das camadas do solo escavado no sítio arqueológico, considerando que os vestígios encontrados nos estratos mais fundos

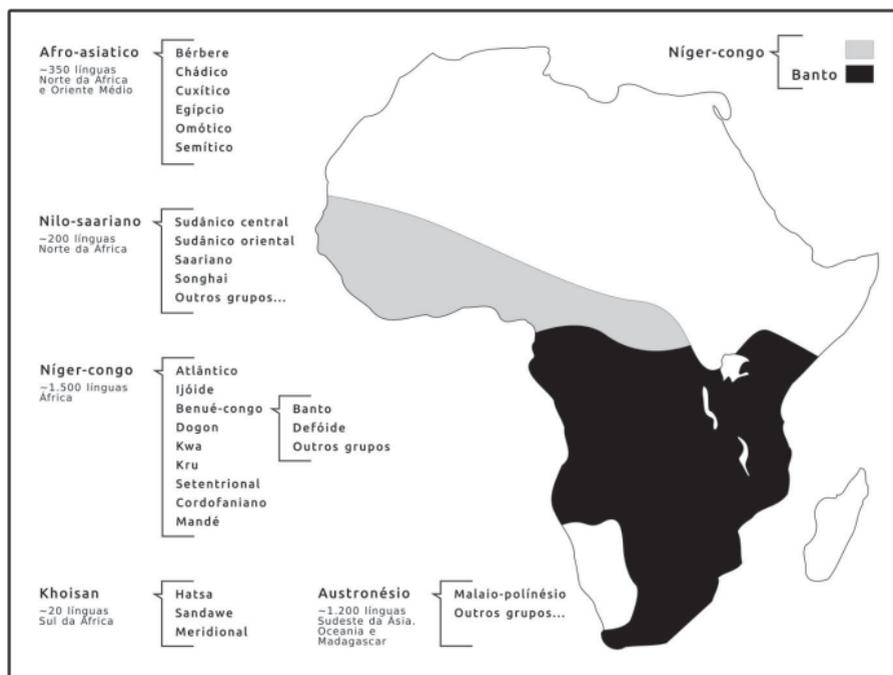


Imagem 1. Classificação genética das famílias linguísticas africanas, e abrangência geográfica aproximada do grupo níger-congo, com destaque para o subgrupo banto⁵⁷

Mas, quando o quadro geral parecia claro para arqueólogos e historiadores, um outro linguista, começou a publicar suas próprias investigações sobre as relações entre os idiomas do grupo banto, em um trabalho monumental de linguística comparativa. Tendo compilado um volume sem precedentes de informações sobre parte considerável desses idiomas, Malcolm Guthrie estabeleceu uma classificação de trabalho em zonas e subzonas geográficas, a partir da proximidade linguística dos idiomas

são mais antigos do que aqueles encontrados mais perto da superfície, e que todas as coisas encontradas numa mesma camada, como restos de animais e de plantas, cerâmica, ferramentas e implementos, são mais ou menos contemporâneas) e laboratoriais (como a datação por carbono 14, a análise do pólen encontrado ou da composição química do solo, o material genético de fósseis, entre outros).

⁵⁷ Classificação simplificada, baseada no serviço *internet* Ethnologue, disponível em <<http://www.ethnologue.com>>. Não foram incluídos os idiomas europeus introduzidos com o tráfico atlântico de escravos e com a dominação colonial, nem as línguas crioulas deles derivadas.

vizinhos, que logo se tornou a forma padrão de referência nos estudos sobre as línguas do grupo banto – permanecendo válida, apesar de certas modificações, até hoje.

Suas conclusões históricas, entretanto, diferiam fundamentalmente das de Greenberg: Guthrie acreditava que o banto era um desenvolvimento mais antigo do que Greenberg imaginava, e um grupo linguístico completamente autônomo, não formando uma parte dos idiomas níger-congo. Para ele, ao contrário, a ocorrência de características como o sistema de classes de nomes em línguas do tronco níger-congo era explicada como resultante do contato prolongado – ou, em outras palavras, como “bantuísmos” introduzidos nessas línguas por populações bantófonas vizinhas. Pela análise do vocabulário reconstruído para o protobanto, Guthrie concluiu que seus falantes pescavam, utilizavam canoas e conheciam o ferro.

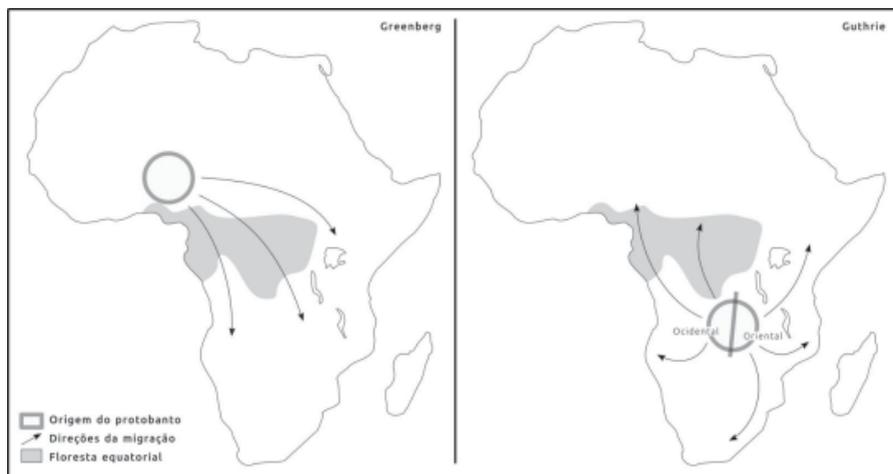


Imagem 2. Disseminação das línguas do grupo banto por migrações para Greenberg (ca. 1950) e Guthrie (ca. 1960)

Além disso, apontou como local de nascimento desse hipotético idioma ancestral a região de Shaba, no sul do Congo-Kinshasa, bem no centro da área de abrangência das línguas atualmente faladas do grupo. Ali teria havido uma primeira distinção linguística, com o surgimento de duas variantes dialetais: uma, mais antiga, falada nas regiões ocidentais, e outra, mais recente, falada nos espaços mais a leste (EGGERT, 2005, p. 305-307; COSTA E SILVA, p. 194; NURSE, 1997, p. 359-391).

A história por outros meios

O advento da controvérsia sobre a origem geográfica dos idiomas banto coincidiu com o admirável impulso recebido pelo campo da história da África nos anos turbulentos das independências africanas. A tarefa até então considerada metodologicamente impraticável, por alguns estudiosos, ou simplesmente irrelevante, por outros, tornou-se uma necessidade imperiosa em um contexto intelectual fortemente carregado pelo nacionalismo africano: era necessário estabelecer uma história africana autônoma e suficientemente recuada no tempo, que deveria corresponder, em termos de “feitos civilizatórios” à história europeia (NEALE, 1986). Dessa maneira, importava estabelecer o que então eram considerados os marcos do progresso tecnológico e cultural – a agricultura, a pecuária, o sedentarismo, a metalurgia, a urbanização, o Estado (DE MARET, 2001; STAHL, 2001, p. 14-15). Por outro lado, o fato de que fontes não convencionais seriam imprescindíveis para o sucesso da empreitada estava colocado desde o início, uma vez que, para a imensa maioria dos espaços africanos ao sul do Saara, só havia fontes escritas em abundância a partir da implantação da administração colonial, no final do século XIX, e não havia absolutamente nenhuma fonte escrita para antes do século XV. Incentivados pela revolução metodológica então em curso na disciplina, os estudiosos da história africana dos anos de 1960 e 1970 acolheram entusiasticamente a necessidade de trabalhar com tradições orais, vestígios arqueológicos e dados linguísticos em articulação com o que houvesse disponível em termos de fontes escritas; mas levaria algum tempo para que se dessem conta que, longe de se complementarem com a placidez desejável, as diferentes evidências – escritas, orais e arqueológicas, assim como as linguísticas – tendiam muito mais frequentemente ao conflito, exigindo uma apurada crítica metodológica transversal aos limites disciplinares que ainda permanece, meio século depois, uma meta por alcançar.

No caso da África subsaariana, a “expansão banto” era simplesmente o evento mais importante no âmbito da perspectiva “nacionalista” então vigente. Uma vez que os bantófonos eram concebidos como heróis civilizadores, conciliar as teses divergentes de Greenberg e Guthrie adquiria o estatuto de pré-requisito para qualquer reconstrução histórica do passado remoto do subcontinente. Em 1966, o historiador britânico Roland Oliver apresentou uma alternativa, divisando um desenvolvimento em fases sucessivas. O local de origem do idioma protobanto seria mesmo no médio

curso do rio Benué, como afirmava Greenberg. Teria havido então um movimento que circundara a floresta tropical e chegara às savanas de Shaba, onde o idioma se diferenciara em dois dialetos. Em seguida, falantes do dialeto ocidental penetraram na bacia interior do Congo e dispersaram-se pelas florestas e savanas até o Atlântico; um pouco mais tarde, os falantes do dialeto oriental avançaram para leste, até chegar aos Grandes Lagos, e daí para o Índico desde o Quênia até a província de Natal, na União Sul-Africana. Oliver continuou atribuindo o sucesso dos bantófonos à superioridade tecnológica, representada pela agricultura, pelo sedentarismo e pelo domínio do ferro (EGGERT, 2005, p. 307-308).

A preponderância da linguística nas narrativas históricas sobre a “expansão banto” é patente, mesmo depois do advento dos estudos arqueológicos na África Central e Austral, na década de 1960. Guardadas as devidas proporções, é possível afirmar que a linguística ocupou o lugar de autoridade reservado às teorias raciais entre meados do século XIX e meados do século XX. Em um artigo de 2005, Manfred Eggert demonstrou com propriedade que os arqueólogos trabalhando em campo faziam o possível para adequar suas descobertas aos modelos linguísticos que estivessem na ocasião gozando do favor público, com resultados por vezes muito pouco verossímeis. Mudanças radicais de interpretação da evidência arqueológica eram comuns logo em seguida à publicação de novos estudos linguísticos, de modo a garantir uma correspondência entre as interpretações. Não raro, o recurso cruzado a interpretações linguísticas por arqueólogos e a interpretações arqueológicas por linguistas criava uma estrutura circular de argumentação e corroboração que entravava, mais que estimulava, o desenvolvimento do campo (EGGERT, 2005, p. 309-311).

Parte do problema estava relacionado ao parco sucesso da arqueologia na África Austral, e, de forma ainda mais crítica, na África Central. Ali, o desenvolvimento da disciplina foi duramente restringido pelo prolongamento do domínio colonial ou de regimes racistas, pelas crises políticas e pelas conflagrações militares intermitentes que assolaram a região até muito recentemente (DE MARET, p. 423-428).⁵⁸ Dessa forma, as tentativas

⁵⁸ Na África Austral, a arqueologia vem tendo um desenvolvimento notável nas últimas décadas, o que resultou em um correspondente declínio da importância da linguística na reconstrução do passado. Entretanto, a polêmica em torno da chegada dos “bantos” e da metalurgia à região, e a ligação destes elementos ao estilo cerâmico, permanece (HUFFMAN, 1982; DENBOW, 1999; LANE, 2005).

de reconstrução histórica que se concentravam sobre a África Central, embora estivessem sempre ávidas de evidências ou sugestões reveladas pela arqueologia, quase sempre se ressentiam de sua incipiência. Ainda assim, pode ser produtivo resumir algumas das sínteses históricas da região, enfocando tanto seu uso da fonte arqueológica, quanto certas posições metodológicas assumidas nestes trabalhos, e que dizem respeito ao debate no seio da arqueologia acerca da identidade dos grupos do passado cujos resquícios são desenterrados e posteriormente interpretados. Neste procedimento, optei por dar relevância à produção do historiador Jan Vansina, em virtude de sua importância para o próprio desenvolvimento da história pré-colonial centro-africana.⁵⁹

O trabalho de Vansina (1966) sobre a história dos Estados da savana ao sul da floresta equatorial representou uma tentativa inédita de refinamento metodológico. De fato, um ano antes Georges Balandier havia publicado seu estudo sobre o antigo reino do Congo, mas a sensível dependência de fontes escritas coloniais e a frequente extrapolação regressiva dos relatos dos séculos XVIII e XIX para os séculos XVI ou XVII tornaram o seu alcance um tanto mais restrito (BALANDIER, 1968[1965]). Vansina, ao contrário, teve uma preocupação explícita em analisar as potencialidades e limitações das fontes, que abrangiam documentos escritos, tradições orais, evidências arqueológicas, dados linguísticos e as etnografias realizadas na região do estudo (VANSINA, 1966, p. 6-18). Significativamente, o trecho da introdução metodológica que trata da arqueologia é o mais sucinto, em virtude da impossibilidade de construir qualquer síntese minimamente aceitável, tendo em vista, segundo o autor, a escassez de sítios da idade do ferro trabalhados até então. No que concerne a linguística, Vansina se absteve de procurar qualquer relação genética entre os idiomas do grupo banto falados na região, mas considerou importante investigar os empréstimos de termos específicos entre duas linguagens, como indicadores da difusão de certos “itens” e “complexos culturais” (VANSINA, 1966, p. 11). Vansina pressupôs claramente que a história dos Estados só podia ser a história dos bantófonos, e que a história dos bantófonos era necessariamente a história da metalurgia.

⁵⁹ Reconstruções históricas fortemente baseadas na linguística foram experimentadas também em outras partes do mundo bantófono. Merecem ser ressaltados os trabalhos de Christopher Ehret e seus alunos, dentre os quais se destaca David Lee Schoenbrun, sobre a África Oriental (VANSINA, 1999).

Possivelmente, a maior contribuição metodológica deste trabalho reside no uso que fez dos dados etnográficos e dos conceitos antropológicos. Por um lado, tendeu a aceitar a metodologia e as conclusões da antropologia sobre a mudança cultural recente, e se depreende, desde a própria construção do objeto quanto da bibliografia citada, que o autor tinha em mente a antropologia social britânica e sua preocupação com o impacto da presença europeia sobre as culturas africanas. Isso porque o método proposto por Vansina nesse livro dependia de estipular um horizonte nativo pré-colonial, livre dos efeitos do colonialismo e do contato europeu, com base no qual costumes e instituições sociais e políticas pudessem ser comparadas a relatos escritos e tradições orais sobre o passado desses grupos. Por outro lado, Vansina rejeitava, como insuficientes e equivocadas, as teorias do contato e da mudança cultural professadas pela escola austríaca e pela história cultural estadunidense da época, com sua ênfase no isolamento de grupos razoavelmente autônomos e na intermitência do contato cultural. Vansina preferiria uma metodologia que integrasse mais solidamente mudança cultural e mudança linguística, o que se refletirá, em trabalhos posteriores, na sua adesão à metodologia conhecida como *Wörten und Sachen* (ou palavras e coisas) (VANSINA, 1966, p. 12-13; NURSE, 1997, p. 381-382).

No que diz respeito aos conceitos operatórios tomados de empréstimo à antropologia, a contribuição ainda foi mais significativa. Vansina fez questão de problematizar a noção de “tribo” e de explicitar que sua unidade de análise não era o “grupo portador de cultura” (para usar a formulação lapidar proposta por Fredrik Barth para esse tipo de abordagem do grupo étnico, feita alguns anos depois), e sim os sistemas políticos, cuja abrangência raramente coincidem com a das comunidades definidas (por si mesmas ou por seus vizinhos) por um etnônimo. Especial atenção foi dedicada a três ideias embutidas na noção disseminada de “tribo”. Em primeiro lugar, a ideia de “origem”. Vansina atentou para o absurdo de pensar em “tribos” movendo-se como um bloco homogêneo e indivisível implicado na suposição de que a origem física dos indivíduos, a origem dos traços culturais compartilhados e a origem da linguagem e do vocabulário utilizados por esses indivíduos necessariamente coincidem. Ecoando a conhecida crítica que o sociólogo francês Gurvitch havia lançado no início do século XX contra o historicismo, Vansina lembrava que não se deve confundir origens com causas. Em segundo lugar, a ideia de “migração”, cujo estereótipo “bárbaro” (“um dia milhares puseram-se em marcha, destruindo tudo no caminho ou fugindo de algum conquistador”) refletia-se na visão da

“expansão banto” que dominava então as imagens do passado pré-colonial da África Central e Austral. Vansina apresentava um largo arco de possibilidades para as migrações, desde pequenos grupos organizados de guerreiros ao deslocamento de vilas agrícolas alguns quilômetros a cada década em uma direção constante. Ressaltava ainda o fato de que a difusão de características culturais, idiomas ou mesmo genes não requer necessariamente a movimentação de povos inteiros. Finalmente, colocou seus leitores de sobreaviso em relação à ideia de “conquista”, que encobre uma série de processos diferenciados, de razias a ocupações militares ou civis permanentes, implicando uma gama de relações variáveis entre os migrantes e as populações preexistentes (VANSINA, 1966, p. 14-18; cf. FORTES; EVANS-PRITCHARD, 1991; BARTH, 1998, p. 185-228).

Se essas ressalvas estimulariam, no futuro, extensas revisões sobre a noção de uma “expansão banto”, no âmbito de sua própria reconstrução do povoamento das regiões de savana da porção centro e sul da África, Vansina não chegou a se distanciar tanto assim da imagem dominante na época. Uma vez que todos os povos da região falavam idiomas do grupo banto, ele supôs que migrantes “bantos”, vindos do médio Benué, de posse das tecnologias do ferro e da agricultura, teriam ocupado toda a região no mais tardar pelo ano 800 de nossa era, estabelecendo-se em meio a pequenos grupos de caçadores-coletores, provavelmente “bosquímanos” e “pigmeus”, embora talvez pudesse haver outros grupos “negroides”. Estes grupos preexistentes teriam sido assimilados por casamento ou empurrados para refúgios naturais, abandonando em todo caso seus idiomas originais em favor das línguas faladas pelos agricultores.⁶⁰ Embora, como vimos, a “rápida conquista” colocada de lado, permanecia no lugar uma migração lenta e multiforme de grupos humanos razoavelmente homogêneos em termos culturais, tecnologicamente superiores aos habitantes originais, e racialmente diferenciados das populações preexistentes.

Mais tarde, em 1990, Vansina (1990) escreveria um outro estudo paradigmático para a história política pré-colonial da África Central, desta vez enfocando as áreas supostamente “sem Estado” da floresta equatorial, no qual aprofundou algumas das preocupações metodológicas já esboçadas no trabalho publicado em 1966. Recorrendo mais densamente a ferramentas

⁶⁰ Schrire (1980) investiga a “aparente identidade” de “bosquímanos” (san) como caçadores-coletores, e faz uma importante crítica as pressuposições evolucionistas e racistas a ela subjacentes.

metodológicas da linguística, especialmente ao estudo das “palavras e coisas”, Vansina se propôs escrever uma história para a qual as evidências arqueológicas eram ainda mais raras do que no caso das savanas. Para isso, optou novamente por construir, através de depoimentos orais, um horizonte cultural imediatamente anterior ao estabelecimento da dominação europeia efetiva, um período que se estende, segundo os diferentes lugares, de 1860 a 1910. A partir desse horizonte, com base em etnografias recentes ou em relatos de viajantes e missionários, de onde extraiu informações linguísticas e etnográficas, especialmente sobre as instituições políticas e de parentesco, procedeu a um *upstreaming* que o levou a cerca do ano 1000 d.C.

“*Upstreaming*” significa, literalmente, o ato de subir o curso de um rio. O termo refere-se a um procedimento metodológico de reconstrução do passado utilizado por antropólogos e historiadores empenhados em projetos etno-históricos, e também por arqueólogos, conhecido alternativamente como “reconstrução histórica direta”. Grosso modo, trata-se de utilizar os dados etnográficos de um dado grupo populacional estabelecidos no presente para interpretar o registro arqueológico (ou a tradição oral, ou eventualmente registros escritos do passado). Em outras palavras, e no caso específico da arqueologia, o significado e a função social dos resquícios encontrados num determinado sítio são compreendidos a partir do significado e da função social que os elementos correspondentes têm no presente naquela mesma região. Por exemplo, se um determinado estilo de cerâmica encontrado num local é produzido por mulheres de uma determinada casta, digamos, de ferreiros, desenterrar num sítio próximo resquícios de cerâmica com um estilo semelhante, datados de 800 anos atrás permitirá a conclusão de que a população local já habitava a região há 800 anos, e que eles já se tinham um sistema de castas e uma especialização produtiva com base na diferença de gênero. Vansina não utilizou, como vimos, dados etnográficos do presente para começar a “subir” o rio do tempo, mas buscou fazê-lo a partir de um momento no tempo em que, supostamente, as culturas africanas não haviam sido ainda transformadas pela administração colonial.

A faixa mais remota desse espectro temporal foi preenchida com as interpretações sobre a “expansão banto” derivada das tentativas de classificação interna dos idiomas do grupo banto ocidental, que abrange a maior parte do território estudado. As datas aproximadas, os estágios intermediários e as possíveis rotas das migrações que teriam dispersado os bantófonos por toda a região foram determinados através de metodologias de datação relativa e absoluta das diferenciações linguísticas ao longo da

árvore genealógica do banto ocidental; à arqueologia, novamente considerada muito incipiente para fornecer uma síntese por si mesma, reservou-se o papel de confirmar as datas fornecidas pela linguística (VANSINA, 1990, p. 31-33).

Vansina advertia, de fato, e agora com mais veemência, contra a associação automática entre linguagem e grupo étnico – uma vez que suas próprias desconfianças em relação à “tribo” se generalizaram e se radicalizaram, na década de 1980, a partir do desafio proposto pelo grupo em torno de M’Bokolo e Amselle (2014 [1985]; cf. CHRÉTIEN; PRUNIER, 2003 [1989]). Entretanto, no que concerne à “expansão banto”, continuou pressupondo a correspondência entre diferenciação linguística e movimentos populacionais, ainda que uma atenção maior fosse dedicada às transferências linguísticas laterais (os “empréstimos” de vocabulário, principalmente, entre línguas faladas por grupos vizinhos) – uma tendência extremamente comum no grupo de idiomas banto. O que havia de novidade sobre a “expansão banto”, de fato, era derivado de interpretações com base em evidência linguística.

Em primeiro lugar, a profundidade temporal foi ampliada consideravelmente. Vansina agora postulava que a divisão entre protobanto ocidental e protobanto oriental datava de cerca de 5000 AP (antes do presente), ainda na zona de origem proposta por Greenberg, no médio Benué. Com base na análise das formas reconstruídas desses dois protoidiomas e do próprio protobanto, Vansina concluiu que, quando começaram a expandir-se rumo à África Central, os bantófonos não dispunham ainda da tecnologia do ferro, embora já fizessem cerâmica, e cultivassem o inhame e o dendê. O vocabulário reconstruído do protobanto ocidental incluía termos para a agricultura de tubérculos e o manejo de árvores, o que permitiu a Vansina posicioná-los nas margens da floresta equatorial. A agricultura de cereais teria sido incorporada inicialmente apenas pelos falantes do protobanto oriental, possivelmente enquanto contornavam a floresta em direção à região dos Grandes Lagos, e daí para a África Oriental e Austral. Os falantes do protobanto ocidental, ao contrário, teriam penetrado na floresta e finalmente a atravessaram, por volta de 3000 AP, ocupando então as savanas do sul até o vale do rio Cunene e o alto curso do rio Zambeze. A metalurgia teria sido introduzida mais tarde, a partir do sul da Nigéria, seguindo os passos dos primeiros migrantes, ou a partir da região dos Grandes Lagos. A possibilidade de invenção autônoma, embora admitida por Vansina, foi considerada pouco provável (VANSINA, 1990, p. 47-49; 58-61).

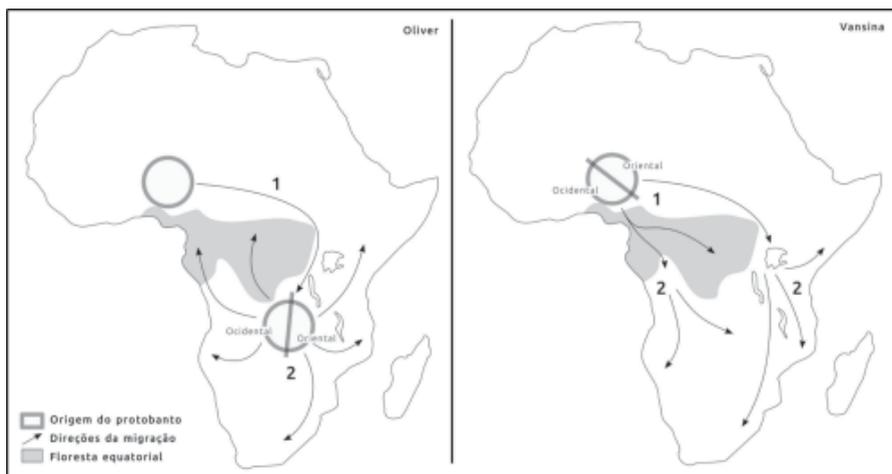


Imagem 3. Disseminação das línguas do grupo banto por migrações em etapas para Oliver (1966) e Vansina (1990).

Vansina construiu um modelo de migração certamente muito mais refinado do que os que haviam sido propostos até então. Em primeiro lugar, descartou uma explosão populacional no médio Benué como causa primeira da migração. Essa hipótese, ancorada sobre a imagem de grupos tecnologicamente muito avançados, não se coadunava com a evidência do vocabulário reconstruído, que não incluía termos específicos para a fundição de metais. Para Vansina, toda a “expansão banto” teria sido resultado da movimentação despretensiosa de aldeias a cada década ou duas, e de um lento crescimento demográfico, ao longo de cinco milênios. Vansina considerava que esse movimento se detinha frente a obstáculos naturais ou a um *habitat* desconhecido, até que as populações envolvidas conseguissem adaptar seus modos e vida e suas tecnologias de produção de alimentos a um novo ambiente natural – na maior parte das vezes através do estabelecimento de relações com os grupos preexistentes, que seriam caçadores-coletores (“pigmeus” vagando pela floresta densa), mas também pescadores semissedentários vivendo nas margens de rios e lagos (“que não se pareceriam com pigmeus, porque esses *habitats* não exercem nenhuma pressão por seleção natural em direção a esse tipo físico”). Isso explicaria variações notáveis na velocidade da “expansão”, de uma média de pouco mais de 30 km por década na maior parte do tempo, reduzindo-se a apenas 17 km por década em certos trechos, e alcançando 128 km por década,

possivelmente ao longo de rios cujas margens ofereciam poucos locais propícios à agricultura ao longo de muitos quilômetros. A relação com os grupos autóctones também foi tratada de forma mais matizada por Vansina. No que se refere aos caçadores-coletores, teria havido mais complementariedade que conflito. Os migrantes não teriam uma vantagem muito explícita em termos de produção de alimentos, nem uma densidade populacional que pudesse ameaçar o modo de vida desses grupos. Segundo Vansina, o conflito pode ter sido mais frequente com relação aos pescadores, com os quais os imigrantes competiam diretamente. Nesse caso, a maior capacidade de armazenamento e aproveitamento de alimentos representada pelo domínio da cerâmica teria resultado no predomínio demográfico dos bantófonos. Vansina levantava também a possibilidade de um choque epidemiológico, uma vez que o cultivo do inhame, introduzido pelos imigrantes, criou pela primeira vez na floresta as condições para a proliferação do mosquito transmissor da malária. Finalmente, Vansina destacou a introdução dos diversos cultivares de banana, a partir da África Oriental, como a maior inovação tecnológica que se verificou ao longo desses cinco milênios na zona da floresta. Com rendimento sensivelmente superior ao inhame em ambiente florestal, e dispensando a limpeza de clareiras para seu plantio, a banana teria sido o elemento fundamental da expansão demográfica dos bantófonos, a qual teria levado à ocupação de praticamente toda a floresta e à complexificação das relações sociais e políticas intra e intergrupos, há cerca de mil e quinhentos anos (VANSINA, 1990, p. 47-48; 55-65).

Vansina procurou neste trabalho advertir seus leitores de que, no fundo, o que estava propondo era uma interpretação completamente baseada em uma metodologia ainda não testada em tamanha escala. Ainda que a narrativa seja em grande medida convincente, e o mérito do esforço seja incontestável, há uma ou duas observações que merecem ser feitas. Em primeiro lugar, podemos conceber este como o último herdeiro da tradição da antropologia britânica interessada nos “sistemas políticos africanos”, tanto em termos do próprio objeto quanto em sua preocupação de estabelecer modelos de surgimento e fortalecimento da autoridade e do Estado na região, separando para fins analíticos o parentesco do sistema político e problematizando a relação dessas duas esferas e suas influências mútuas. Mas Vansina também herda dessa corrente, e apesar de todas as ressalvas metodológicas que se vê compelido a enunciar, uma visão um pouco sistêmica demais do grupo social – mesmo sem chegar ao delírio de imaginar a todos

como parentes, pressupõe uma forte unidade cultural no que respeita as unidades básicas da organização política (especialmente a “casa” e a “aldeia”), que teria se mantido intacta ao longo de pelo menos três milênios e meio. Essas pressuposições são ainda mais surpreendentes quando lembramos que, para Vansina, os grupos sociais em questão utilizaram esse largo lapso de tempo para migrar através de novos e desafiadores ambientes naturais, entrando em contato com povos com um modo de vida radicalmente diferente do seu. No outro extremo da escala temporal, seria interessante questionar os pressupostos da necessidade do horizonte pré-colonial que Vansina cuidadosamente buscou estabelecer tanto neste como em seu trabalho anterior, quando ele mesmo admite que mudanças significativas já estavam operando em toda a região por volta de 1850, e perto do litoral desde o século XVII pelo menos, em virtude do tráfico transatlântico de escravos.⁶¹ Aqui, será útil examinar, brevemente e em linhas gerais, o debate metodológico que se desenvolve no campo da arqueologia africana, enquanto esperamos todos, ansiosamente, pela urgente e necessária proliferação de novos estudos arqueológicos em toda extensão da África Central. Antes, porém, é preciso resolver algumas questões de natureza semelhante com a linguística.

De fato, o trabalho de Vansina levanta uma questão crucial no que diz respeito à capacidade de historiadores e arqueólogos de avaliar as inúmeras interpretações feitas a partir da evidência linguística – em outras palavras, o domínio algo restrito sobre as questões teóricas e metodológicas que jazem na base da linguística comparada. Dessa maneira, uma breve discussão sobre as técnicas empregadas pelos linguistas no decorrer do debate sobre o banto pode se mostrar bastante proveitosa.

Problemas de tradução

O método padrão utilizado pela linguística histórica é o método comparativo, desenvolvido no quadro dos estudos sobre o grupo indoeuropeu na segunda metade do século XIX. O primeiro passo consiste em catalogar listas de vocabulário em diversos idiomas que se supõem relacionados – são selecionadas palavras que apresentem semelhanças ao mesmo tempo fonéticas e semânticas, através das quais identificam-se regras

⁶¹ Uma crítica contundente dos pressupostos envolvidos na tradição da antropologia política britânica sobre a África pode ser lida em MACGAFFEY (2005).

de correspondência fonética entre as diferentes línguas. Em seguida, para cada conjunto de variações fonéticas, busca-se estabelecer o mais provável som correspondente no protoídioma, de modo a permitir a reconstrução de seu vocabulário. Finalmente, comparam-se as mudanças léxicas e morfológicas ocorridas nas várias línguas do grupo para determinar quais subconjuntos estão mais próximos entre si, e devem portanto ter divergido de um tronco comum mais recentemente, classificando-os de acordo com sua distância em relação ao protoídioma reconstruído, e também em relação uns aos outros (NURSE, 1997, p. 361-363).

Entretanto, esse que é considerado o método mais seguro de classificação genética nunca foi aplicado às línguas africanas. Em primeiro lugar, porque a quantidade de idiomas envolvidos, entre 1.250 e 1.500, é substancialmente maior do que o apresentado no contexto original em que o método foi desenvolvido, as meras duzentas línguas do tronco indo-europeu. Também o lapso de tempo em que se desenvolveu o indo-europeu é irrisório quanto comparado aos muitos milênios que as línguas africanas tiveram para se desenvolver e interagir umas com as outras. Ademais, o conhecimento científico acumulado sobre o conjunto das línguas africanas permanece escasso: muito poucas são descritas em termos linguísticos com suficiente detalhe para que se possa aplicar o método comparativo. Dessa maneira, todas as interpretações históricas avançadas pela linguística foram obtidas através de adaptações do método padrão, tal como aplicado ao indo-europeu, à situação precária do conhecimento linguístico sobre a África.

O método de comparação maciça utilizado por Greenberg, por exemplo, consistia de duas etapas. A primeira era a comparação de vocabulário em um conjunto muito grande de idiomas, o que resultava em hipóteses sobre o desenvolvimento comum de subconjuntos. A segunda consistia em confirmar a validade dessas hipóteses a partir da análise da presença ou ausência, nas línguas de cada um dos subconjuntos obtidos, de particularidades morfológicas, tanto mais valiosas quanto mais idiossincráticas. Embora fosse inicialmente encarado pelo próprio Greenberg como um procedimento preliminar ao uso do método comparativo *tout court*, este nunca chegou a ser aplicado de forma sistemática, o que resulta em um alto grau de incerteza sobre os desenvolvimentos linguísticos que deram origem aos idiomas falados atualmente. Pesquisas recentes também têm demonstrado que a importância das transferências de vocabulário, ou empréstimos, entre línguas cujos falantes permanecem em contato

prolongado costuma ser muito maior do que Greenberg estava preparado para admitir (NURSE, 1997, p. 363).

Outra metodologia baseada em comparação de vocabulário que teve grande impacto sobre o campo dos estudos africanos foi a lexicostatística, desenvolvida nos anos de 1950. Esse método consiste na determinação da distância relativa entre pares de linguagens de um mesmo grupo, através da comparação de listas de cem ou duzentos termos que se considerava referir à experiência humana mais básica e, portanto, universal: partes do corpo, conceitos de ampla aplicação como “curto”, “longo”, “grande” ou “pequeno”, sensações como “frio” ou “calor”, os primeiros números, e designações genéricas de entidades naturais tais como “árvore”, “cão”, “fogo”, “peixe” etc. Supostamente, por serem categorias fundamentais da linguagem, essas palavras seriam mais resistentes à mudança e mais raramente abandonadas em favor de outras tomadas de empréstimo a idiomas vizinhos. O percentual de palavras semelhantes em cada par de idiomas é denominado seu grau de cognação, e tomado como índice de sua proximidade genética. Dessa forma, podem-se construir diagramas de árvores que indicam uma cronologia relativa do desenvolvimento das línguas do grupo a partir dos troncos mais antigos (NURSE, 1997, p. 363-364).

A universalidade do assim chamado vocabulário nuclear mostrou-se questionável ao ser aplicada à realidade africana – alguns termos simplesmente não possuíam referente para a maioria dos idiomas estudados. Guthrie utilizou um método lexicostatístico para chegar a suas conclusões, mas recusou a pressuposição, não comprovada, da estabilidade do vocabulário nuclear, e montou sua própria lista de palavras, incluindo termos referentes à cultura material e aos meios de produção verificados entre os falantes dos idiomas do grupo banto – possibilitando dessa forma as reconstituições vívidas do modo de vida dos falantes do protobanto que se seguiram. Vansina utilizou extensamente os dados coletados por Guthrie, assim como listas de noventa e duas palavras do vocabulário nuclear consideradas aplicáveis ao grupo banto pelos linguistas que trabalhavam em torno do Museu Real da África Central, em Tervuren, na Bélgica. Dentre as objeções à lexicostatística, a mais séria certamente é o fato de que o método baseia-se exclusivamente na distribuição de retenções de formas antigas em linguagens modernas, enquanto a maioria dos linguistas acredita que são precisamente as inovações compartilhadas a melhor pista para identificar um desenvolvimento linguístico comum (NURSE, 1997, p. 364-366).

O terceiro método linguístico cujo uso foi introduzido no estudo do passado da África Central e Austral é a glotocronologia, que por sua vez é um desenvolvimento da lexicostatística. Partindo de idiomas bem documentados em sua forma escrita durante diversos séculos, como o chinês, o egípcio e os três grandes troncos europeus (românico, eslavo e germânico), foi determinada uma taxa média de mudança no vocabulário nuclear. Essa taxa foi aplicada então aos resultados da lexicostatística para determinar uma cronologia absoluta do surgimento de novas línguas a partir dos idiomas ancestrais. No entanto, não há nenhuma garantia de que o ritmo da mudança lexical seja constante, muito pelo contrário. A glotocronologia, por si só, pode, quando muito, fornecer datações bastante aproximativas – ela é mais segura quando há outras datações concorrentes que possam controlar os seus resultados. No caso do passado remoto da África, a única datação independente possível é a fornecida pela arqueologia, mas a correlação entre os vestígios materiais e o idioma falado pela população que os produziu não é uma coisa muito fácil de se comprovar – como todos sabemos, fósseis e restos de cerâmica não falam (NURSE, 1997, p. 366).

Há também duas questões metodológicas mais gerais e mais profundas que valeria a pena enunciar. Em primeiro lugar, há a questão da profundidade temporal que os métodos de classificação genética da linguística histórica são capazes de abarcar. Uma vez que as línguas acumulam contínua e irremediavelmente mudanças em relação a seus ancestrais, torna-se cada vez mais difícil encontrar similaridades entre idiomas ou famílias que divergiram há muitos milênios. Não se sabe, por exemplo, se o khoisan é efetivamente uma família linguística em termos genéticos, ou apenas uma construção tipológica. Se derivam de um mesmo ancestral, os idiomas que o constituem divergiram ao longo de tantos milênios que já não é possível provar seu desenvolvimento comum; é perfeitamente concebível que esses idiomas tenham origens completamente diferentes, mas uma longa história de contato e transferências léxicas, morfológicas e fonéticas os tenha dotado de características semelhantes, tal como as consoantes estaladas (que ocorrem, também em idiomas do grupo banto cujos falantes são vizinhos dos falantes de idiomas khoisan, como o xossa e o zulu, falados na África do Sul). Em segundo lugar vêm as implicações de encarar o desenvolvimento dos idiomas em forma de linhagens genealógicas, segundo as quais cada língua deriva de um e apenas um ancestral imediato – o que obscurece a importância das transferências e outros processos característicos do contato linguístico (NURSE, 1997, p. 381-388).

No que concerne à reconstrução histórica, o que é possível imaginar com base em diagramas de árvores genealógicas é provavelmente muito mais pobre e restrito que as sugestões que poderiam advir de uma atenção mais focada nos processos de mudança, contato e troca linguística, como Vansina parece ter intuído ao longo das décadas em que se debruçou sobre esse problema.

Vozes e vestígios – de quem?

Esse breve apanhado deve nos permitir avaliar de forma mais realista a relativa fragilidade da evidência sobre a qual tem repousado parte importante das reconstruções históricas sobre o passado remoto da África Central. A desistência de Vansina em utilizar o modelo genético como base para suas interpretações da “expansão banto”, em 1995, é testemunho do tipo de dificuldades enfrentadas. Tendo em mãos a maior quantidade reunida até então de listas de vocabulário núcleo de idiomas banto, os linguistas da Escola de Estudos Orientais e Africanos, na Inglaterra, experimentaram ligeiras alterações na metodologia de cálculo do grau de cogação, o que levou a sete diagramas de árvore razoavelmente discrepantes (três dos quais foram considerados implausíveis pela enorme distância em relação aos resultados de pesquisas anteriores). Vansina explorou então os limites metodológicos dos pressupostos implícitos da classificação genética (como o de que uma língua só se forma a partir de um único idioma ancestral), e insistiu na importância das influências horizontais ao longo de um *continuum* dialetal, recorrendo a um modelo linguístico desenvolvido também no século XIX no contexto dos estudos sobre o indo-europeu, conhecido como *Wellentheorie* (teoria das ondas). Sua conclusão foi a de que muito pouco da disseminação dos idiomas banto deveria ser imputado a migrações (embora o quadro extremamente grosseiro e esquemático da migração que ele fez passar como hipótese corrente não fizesse jus ao refinamento de suas próprias formulações anteriores), um ponto de vista considerado inaceitável por outros autores, a exemplo de Manfred Eggert, para quem a última virada de Vansina é apenas mais uma ocorrência da flutuação causada pelo predomínio da linguística sobre o campo (VANSINA, 1995; cf. EGGERT, 2005, p. 312-316),

De toda forma, convém aqui trazer para o debate algumas questões que vêm sendo tratadas em regiões da África em que a arqueologia tem um papel mais destacado. Ao ser chamada à responsabilidade de fornecer, por si mesma, a evidência necessária para a reconstrução histórica, a disciplina

vem se interrogando sobre alguns pressupostos herdados e muito pouco examinados, que giram em torno da correlação entre as marcas impressas no registro arqueológico por grupos humanos e as identidades que ordenavam a experiência desses grupos.

Por um lado, essa preocupação é resultado da crítica pós-moderna aos protocolos narrativos científicos sobre o processo histórico, e sua insistência sobre a incômoda questão dos atores coletivos. Claramente, a literatura sobre a “expansão banto” arrasta consigo as correntes da filosofia política do século XIX, para a qual os atores coletivos da história eram “as raças”. Ainda que o termo tenha caído em desuso, ainda encontramos, por exemplo, esqueletos humanos sendo classificados como “negroides” ou “bosquímanos”, de modo a provar a presença de povos que falavam idiomas do grupo banto numa dada região (p. ex. HUFFMAN, 1982, p. 138). Noções homogeneizantes sobre a natureza dos grupos humanos haviam encontrado seu caminho da “raça” dos antropólogos físicos do século XIX para a “tribo” dos antropólogos sociais do século XX; identificações automáticas entre identidades étnicas, modos de subsistência e traços culturais (a linguagem incluída) só começaram a ser abaladas seriamente a partir dos anos de 1970. Só então a utilização de informação etnográfica de grupos contemporâneos para o estabelecimento de analogias com os resquícios da cultura material desenterrados dos sítios arqueológicos das redondezas, conhecida como “abordagem histórica direta”, começou a ser encarada com suspeição. Ao mesmo tempo, a correlação entre identidade étnica e estilo passou a ser problematizada, em vez de meramente pressuposta. Em virtude desses questionamentos, novas alternativas metodológicas foram exploradas. (STAHL, 2001, p. 10; 12-15; LANE, 2005, p. 27-35; VANSINA, 1995, p. 369-408).

Algumas ficaram claramente pelo meio do caminho. É o caso da tentativa feita por Olivier Gosselain, 2000, de identificar na “cadeia operatória” da produção de cerâmica aquele conjunto de técnicas que não deixam resultado visível no produto final, nem são executados de forma coletiva (não sendo, portanto, influenciáveis pelos imperativos de sua comercialização ou no processo de seu feito). A interessante proposta de Gosselain era isolar as técnicas relacionadas a hábitos motores internalizados durante o aprendizado inicial e aperfeiçoados pela prática, que sofreriam pouca mudança ao longo da vida de um ceramista, e tenderiam a ser transmitidos sem grandes alterações às gerações subseqüentes. Entretanto, o estudo permaneceu refém de concepções fixistas e homogeneizantes da

identidade, na medida em que técnicas observadas em um dado local foram extrapoladas para toda a região em que se falavam idiomas do mesmo grupo linguístico. Além de inviabilizar a observação de variação das técnicas em escalas menores que a do grupo linguístico, este foi tomado como sinônimo de diferença étnica. Não surpreende que Gosselain tenha encontrado uma notável homogeneidade na cerâmica dos bantófonos; de fato, a homogeneidade já estava lá desde o início, bastou preenchê-la com os dados. Não surpreende também que o autor tenha obtido, a partir da análise da distribuição das técnicas “características” dos falantes de idiomas banto orientais, uma versão modificada da migração em estágios que Roland Oliver propusera na década de 1960. Como se pode ver, o “grupo portador de cultura” resiste bem aos seus descontentes.

Uma saída para esse tipo de armadilha metodológica consistiu na maior atenção dos arqueólogos aos processos propriamente históricos de nomeação que operam em diferentes níveis do tecido social, tendo levado a estudos, em grupos africanos contemporâneos, da correlação entre estilo (cerâmico, principalmente) e clivagens sociais em escalas tanto maiores quanto menores do que aquela representada pelo nome étnico – gênero e categorias profissionais, especialmente quando estruturam um sistema governado por regras de casamento mais ou menos rígidas, como é o caso de muitas sociedades da África Ocidental, vem recebendo considerável atenção de parte de pesquisadores interessados em uma compreensão mais matizada e dinâmica da cultura material e sua relação com a identidade (p. ex. LAUNAY, 1995; LAVIOLETTE, 1995; FRANK, 1993; DAVID, 1988; STERNER; DAVID, 1991).

Um dilema de solução talvez mais complexa é a questão da analogia na interpretação arqueológica, uma vez que prescindir dela seria na prática equivalente a desistir de interpretar – postular uma função ou um uso para determinado item da cultura material do passado pressupõe o recurso a outros itens “comparáveis” na cultura material de um outro tempo ou lugar como referência (LANE, 2005, p. 26-30; cf. MACGAFFEY, 2005). Ann Brower Stahl, por exemplo, formulou recentemente uma metodologia de *upstreaming* que recusava explicitamente a noção de “estágios” ou “fases” tão disseminada nos estudos sobre o passado da África. O abandono definitivo das pressuposições do evolucionismo, que tendiam a privilegiar a continuidade em detrimento da mudança nas interpretações sobre a história da África, permitiu à autora utilizar uma abordagem serial das fontes, algo que chegou a ser um lugar-comum nos trabalhos sobre a “longa duração” na Europa,

mas vinha sendo restringido na África ao âmbito dos estabelecimentos europeus, como as possessões portuguesas de Angola ou São Tomé, exatamente porque a maior preocupação costumava ser com as transformações entre os supostos estágios do passado africano. Um exemplo extremo é a tentativa dos antropólogos sociais que trabalhavam na África em isolar a mudança cultural resultante do contato europeu, administrativo ou missionário, do que teria sido a fase anterior. Por vezes identificada com a “tradição”, era esse “estágio pré-colonial” que se buscava descrever e analisar nas etnografias. Em vista disso, Stahl considera insuficientes e mesmo equivocadas as precauções tomadas por Vansina em 1990 para construir seu método de *upstreaming* (STAHL, 2001, p. 12-15; 20-31; cf. RANGER, 2012). Por outro lado, a abrangência temporal relativamente pequena alcançada pelo trabalho de Stahl (cerca de três séculos) é um tanto decepcionante, e a necessidade do cruzamento de fontes contemporâneas torna seu método de pouca utilidade em situações nas quais a fonte escrita ou a história oral não estejam disponíveis – o período em que se desenrolava (ou não) a “expansão banto”, por exemplo.

De toda forma, não deixa de ser útil observar o grau de complexidade que trabalhos como os de Ann Brower Stahl e Carmel Schrire atribuem ao passado africano. Uma herança insidiosa e ainda pouco contestada do evolucionismo do século XIX parece ser a presunção, tão corriqueira e aparentemente desimportante, de que o passado era, de alguma forma, mais simples – e o passado africano, mais simples ainda.⁶² Nesse sentido, vale a pena ressaltar a advertência de James Denbow (1999), de que as dinâmicas localizadas de resistência e acomodação a processos mais abrangentes são provavelmente tão característicos do passado “pré-colonial” quanto são do presente – e isso, obviamente, vale também para a identidade. A incorporação desse tipo de preocupação nas tentativas de compreender o que se passou no passado remoto da África Central significaria talvez a dissolução da já centenária noção de “expansão banto”. Não seria um exagero afirmar que os “bantos” jamais tiveram existência enquanto ator histórico coletivo. Até onde alcançam no tempo a história oral e os relatos de viajantes, o que se revela é uma multiplicidade notável de formas de organização social, tecnologias de subsistência, estruturas políticas e métodos

⁶² Os desafios colocados por Scott MacEachern (2004) sobre o modelo do “reservatório de símbolos” proposto por Roderick McIntosh podem bem ser estendidos à noção de uma tradição “antiga e comum” que Vansina atribuía aos bantófonos que se derramaram sobre a África Equatorial.

de administração do governo, para não falar de especializações produtivas locais e redes de troca de média e longa distância. Fora do arcabouço evolucionista, não há motivo para supor que uma complexidade relativamente comparável não pudesse ter existido antes. De qualquer maneira, resta-nos torcer para que no futuro a arqueologia da África Central ganhe um novo impulso, de modo que a monotonia do “banto” e de seu suposto estilo cerâmico homogêneo dê lugar a interpretações mais matizadas e a escalas mais variáveis de análise.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. *Daily life in the Kingdom of the Kongo: from the Sixteenth to the Seventeenth century*, Nova York; Pantheon, 1968 (a primeira edição, em francês, é de 1965).

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: EdUNESP, 1998, p. 185-228.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. Hútu e tutsi no Ruanda e no Burundi. In: AMSELLE, Jean-Loup.; M'BOKOLO, Elikia (orgs.). *Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado em África*. Mangualde: Pedagogo; Luanda: Mulemba, 2014, p. 125-157.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre; PRUNIER, Gérard. *Les ethnies ont une histoire*. 2. ed. Paris: Karthala, 2003.

DALBY, D. Mapa linguístico da África. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 337-344 (História geral da África, I).

DAVID, Nicholas et al. Why are pots decorated? *Current Anthropology*, 29, 3, 1988, p. 365-389

DE MARET, Pierre. From pottery groups to ethnic groups in Central Africa. In: STAHL, Ann Brower (ed.). *African Archaeology: a critical introduction*, Oxford: Blackwell, 2005, p. 420-440.

DENBOW, James. Material culture and the dialectics of identity in the Kalahari: AD 700-1700. In: MCINTOSH, Susan K. (ed.). *Beyond chiefdoms: pathways to complexity in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 110-135.

- EGGERT, Manfred K. H. The Bantu problem and African Archaeology. In: STAHL, Ann Brower (ed.). *African Archaeology: a critical introduction*, Oxford: Blackwell, 2005, p. 301-326.
- EL-HAMEL, Chouki, “Raça”, escravidão e Islã no Marrocos: a questão dos haratin. *Afro-Ásia*, 31, 2004, p. 9-37.
- FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. (orgs.), *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gibbekain, 1991.
- FRANK, Barbara E. Reconstructing the history of an African ceramic tradition. *Cahiers d'études africaines*, 33, 3, 1993, p. 381-410.
- GOSSELAIN, Olivier. Materializing identities: an African perspective. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 7, 3, 2000, p. 187-217.
- GREENBERG, J. H. Classificação linguística da África. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 317-336 (História geral da África, I).
- HEGEL, G. H. F. *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal*. Madrid: Tecnos, 2005.
- HUFFMAN, Thomas N. Archaeology and ethnohistory of the African Iron Age. *Annual Review of Anthropology*, 11, 1982, p. 133-150.
- LANE, Paul J. Barbarous tribes and unrewarding gyrations? The changing role of ethnographic imagination in African Archaeology. In: STAHL, Ann Brower (ed.). *African Archaeology: a critical introduction*, Oxford: Blackwell, 2005, p. 24-54.
- LAUNAY, Robert. The Dieli of Korhogo. In: CONRAD, David C.; FRANK, Barbara E. (eds.). *Status and identity in West Africa: Nyamakalaw of Mande*. Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 153-169
- LAVIOLETTE, Adria. Women craft specialists in Jenne: the manipulation of Mande social categories. In: CONRAD, David C; FRANK, Barbara E. (eds.). *Status and identity in West Africa: Nyamakalaw of Mande*. Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 170-181
- LEAKEY, Richard. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995, p. 17-50.
- MACGAFFEY, Wyatt. Changing representations in Central African History. *Journal of African History*, 46, 2, 2005, p. 189–207.
- MAMDANI, Mahmoud. Entendendo a violência política na África pós-colonial. In: LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (orgs.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília : FUNAG, 2016, p. 375-410.

MCEACHERN, Scott. “Symbolic reservoirs” and inter-group relations: West African examples. *The African Archaeological Review*, 12, 2004, p. 205-224.

NEALE, Caroline. The idea of progress in the revision of African History, 1960-1970. In: JEWSIEWICKI, B.; NEWBURY, D. (orgs.). *African Historiographies: what History for which Africa?* Londres: Sage, 1986, p. 112-122.

NURSE, Derek. The contributions of Linguistics to the study of History in Africa, *Journal of African History*, 38, 1997, 359-391.

OLDEROGGE, D. A. Migrations and ethnic and linguistic differentiations. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). *Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 337-344 (História geral da África, I).

RANGER, Terence. A invenção da tradição na África colonial. In: RANGER, Terence; HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. ed. esp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 262-326.

SCHRIRE, Carmel. An inquiry into the evolutionary status and apparent identity of San hunter-gatherers. *Human Ecology*, 8, 1, 1980, 9-32.

STAHL, Ann Brower. *Making History in Banda: Anthropological visions of Africa's past*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STERNER, Judy; DAVID, Nicholas. Gender and Caste in the Mandara Highlands: northeastern Nigeria and northern Cameroon. *Ethnology*, 30, 4, 1991, p. 355-369.

VANSINA, Jan. Linguistic evidence and historical reconstruction. *Journal of African History*, 40, 1999, p. 469-473.

_____. *Kingdoms of the Savanna: a history of Central African states until European occupation*, Madison: Wisconsin University Press, 1966.

_____. *Paths in the Rainforests: toward a History of political tradition in Equatorial Africa*. Madison: University of Wisconsin Press, 1990. p. 71-100.

_____. New linguistic evidence and “the Bantu expansion”. *Journal of African History*, 36, 2, 1995, p. 173-196.

_____. Historians, are archaeologists your siblings? *History in Africa*, 22, 1995, p. 369-408.